

ILMO. SENHOR PREGOEIRO, E COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU-RJ

REF.:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025

UASG: 985825

A empresa **CLICKPLAY PROVEDOR DE ACESSO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 23.455.086/0001-42, com sede na Rua Adenor Pedro Jaccoud, nº 250, Vila Mataruna, CEP: 28.860-000, na cidade de Casimiro de Abreu, estado do Rio de Janeiro, por seu sócio administrador o senhor **Francisco Gomes de Carvalho**, empresário, brasileiro, natural do estado de Minas Gerais, nascido em 16/07/1965, portador da Carteira nacional de identidade nº 07.060.216-4, expedida pelo DETRAN/RJ e do CPF sob o nº 765.883.437-87, vem respeitosamente na presença de V.Sa., em tempo hábil, com fulcro no artigo 165 da Lei Federal n.º 14.133/21, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como pelas regras e condições estabelecidas no item 11.4 do instrumento convocatório item, a fim de **OFERECER**:

CONTRARRAZÕES DE RECURSO

Ao inconsistente recurso apresentado pela empresa **LPRINT TELECOMUNICACAO E ENGENHARIA LTDA** inscrita no CNPJ sob o n.º 28.216.331/0001-82, nos autos do Processo Administrativo, que originou o **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025**.

1 - DA TEMPESTIVIDADE

Acerca do prazo para apresentação das razões recursais os termos da lei 14.133 de 1º de abril de 2021 que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas:

CAPÍTULO II

DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

(...)

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, **em face de:**

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. (grifos nossos)

Considerando o disposto no Art. 165 lei 14.133 de 1º de abril de 2021 a presente Contrarrazão ao Recurso Administrativo é tempestiva.

A **RECORRIDA** solicita que o(a) Ilustre Sr(a). Pregoeiro(a) e está douta comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu, conhecendo a fragilidade do recurso apresentado pela empresa **LPRINT TELECOMUNICACAO E ENGENHARIA LTDA**, analise todos os fatos apontados, que só validam essa contrarrazão.

Espera que se receba esta peça como efetiva contribuição à legalidade do procedimento.

2 - DOS FATOS

Antes de adentrarmos o cerne da questão, nunca é demais lembrar que uma licitação é um procedimento formal no qual o gestor público não possui discricionariedade para impor ou deixar de impor o que deseja. Ele somente pode fazer o que a lei determina. Nada além ou aquém. **O Princípio Constitucional da Legalidade** (art. 37, caput, CF/88) **DEVE** ser, no caso de licitação, observado muito mais pela Comissão de Pregão.

A **RECORRIDA** é uma empresa séria e, como tal, apresentou sua proposta e documentos cumprindo com todos os requisitos do edital.

Entretanto, a **RECORRENTE**, com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame, apresentou um recurso absurdo, ensejando um julgamento demasiadamente formalista e desconsiderador dos princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios, e com intuito de apenas protelar o andamento do certame, pois os fatos ora narrados pela mesma não condizem com a verdade.

A **RECORRENTE**, em seu frágil e inconsistente recurso alega que:

“O atestado acima, emitido pela empresa FTL METROPOLITANA, nos causa estranheza, pois conhecemos o endereço citado no atestado e no local indicado,

consta apenas uma residência, local este que jamais suportaria todos os pontos descritos no atestado (...)"

Sr. Pregoeiro e Comissão, a RECORRENTE, demonstra total desconhecimento dos termos do edital, que ele mesmo assinalou que está de acordo, quando faz uma acusação leviana dessa.

O escritório da empresa contratante do serviço funciona no endereço informado pela própria, o atestado técnico apresenta todas as informações necessárias e comprovando que a empresa contratou os 45 pontos para diversos eventos por ela realizado.

Sr. Pregoeiro e Comissão, a RECORRENTE, demonstra que desconhece o direito dispositivo vigente, tanto que, o documento apresentado pela RECORRIDA foi aceito pelo Sr. Pregoeiro e pela Comissão, onde demonstram o total conhecimento do conjunto de normas jurídicas criadas através dos processos próprios do ato normativo e estabelecidas pelas autoridades competentes para o efeito.

O documento apresentado pela **RECORRIDA**, de título **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** é compatível em características e com o objeto desta licitação e cumpre a exigência disposta no edital e termo de referência.

3 – DA CONFIRMAÇÃO DA DECISÃO E PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE

Lei Federal nº 14.133/21:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da

competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

A Lei nº 14.133/21 em seu art. 11 descreve que o processo licitatório tem por objetivo:

I - Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

O intuito basilar dos regramentos que orientam as contratações realizadas pela Administração Pública é a **contratação da proposta que lhe seja mais vantajosa**, obedecidos os princípios básicos, dentre eles o da economicidade e, de acordo com as demonstrações a seguir, pressupõe-se que tal princípio não foi considerado.

É de conhecimento geral que, no momento da prática do ato de inabilitação, o agente público responsável, deve sopesar a prática do ato e suas consequências, ou seja, ser razoável na sua conduta, primando pelo interesse público e pela proposta mais vantajosa.

No entendimento do brilhante doutrinador Marçal Justen Filho, temos:

“A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação a cargo do particular. A maior

vantagem apresenta-se quando a Administração assume o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obriga a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.”

(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª Edição, Dialética, pág. 63).

Verifica-se, portanto, que é de bom alvitre não descartar a melhor proposta na fase de lances, feita pela empresa CLICKPLAY PROVEDOR DE ACESSO LTDA, visto que poderá ferir princípios licitatórios, como o da seleção da proposta mais vantajosa, do interesse público e da economicidade.

Sr(a). Pregoeiro(a), totalmente equivocada a RECORRENTE tenta criar suas próprias regras ao Processo Licitatório, tentando desqualificar a análise e o trabalho dessa requerida comissão.

O que a RECORRENTE não analisou, foi que, nossa empresa está muito mais bem qualificada que a própria, ao ponto de nossa empresa ter atendido a TODOS as exigências do edital diferente da recorrente.

Nota-se que a RECORRENTE, tenta induzir essa ilustre comissão e seu pregoeiro(a) ao erro no seu julgamento, com a falta de fundamento e veracidade em suas afirmações.

É perceptível o desespero da RECORRENTE em obter através dos argumentos falhos em seu recurso ao ver que perdeu a disputa por falta de melhor preço ao município.

Não restam dúvidas que **CLICKPLAY PROVEDOR DE ACESSO LTDA** cumpriu com todas as exigências do processo licitatório, e relatório de análise técnica em dossiê documental para habilitação em licitação apresenta falha na análise apresentada, onde o servidor responsável pela confecção do relatório de análise técnica em dossiê documental para habilitação em licitação, entra em contradição em sua avaliação e tenta induzir a Douta Comissão e ao Ilmo. Sr. Pregoeiro ao erro.

3 – DO PEDIDO:

Diante de todo o exposto, requer seja **NEGADO** em sua íntegra, provimento ao recurso administrativo interposto pela **RECORRENTE**, vista a inexistência de relevância nas alegações propostas, em que, a própria só possui interesse em frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório, trazendo recursos com alegações INCABÍVEIS, atrasando a conclusão de certame licitatório, assim sendo, fere diretamente o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade.

Desta maneira, requer que sejam aceitas todas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que declarou a empresa **CLICKPLAY PROVEDOR DE ACESSO LTDA** vencedora do certame, dando prosseguimento as demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado.

Por fim, cumpre está **RECORRIDA** enaltecer o trabalho realizado pela Comissão de Licitação e de seu Pregoeiro(a).

Termos em que pede e aguarda deferimento.

Casimiro de Abreu, 19 de fevereiro de 2025

Assinado de forma digital
por CLICKPLAY PROVEDOR
DE ACESSO
LTDA:23455086000142
Dados: 2025.02.19
19:36:39 -03'00'

CLICKPLAY PROVEDOR
DE ACESSO
LTDA:23455086000142

CLICKPLAY PROVEDOR DE ACESSO LTDA
CNPJ: 23.455.086/0001-42
FRANCISCO GOMES DE CARVALHO
(Representante Legal)
CPF: 765.883.437.87